Falando DHireito

Boletim Informativo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos "Margarida Maria Alves"

Ano 2 - Nº 6 - outubro, novembro e dezembro de 2005

I Encontro Regional de Experiências em Formação Jurídico Popular

Leigos levam conhecimento às comunidades

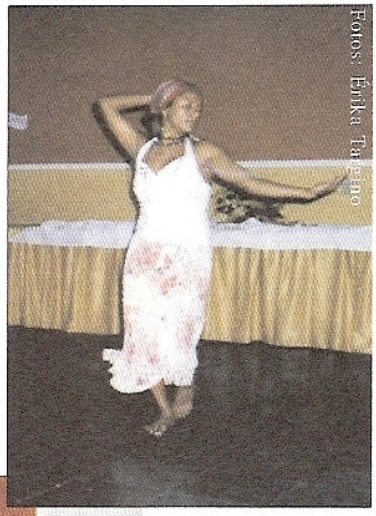
Érika Targino

Segurança para encaminhar problemas jurídicos da comunidade, conhecimento dos espaços públicos do direito, acesso a informações importantes para o desenvolvimento da comunidade, mudança na vida pessoal, elevação da auto estima. Estes foram alguns ns dos pontos positivos apresentados pelas experiências das Promotoras, Juristas Leigos e Populares que participaram do I Encontro Regional de Experiências em Formação Jurídico Popular, realizado pela Fundação nos dias 27 e 28 de agosto de 2005.

Foram ouvidos (as) Promotoras e Juristas formados por diversas entidades do país, entre elas a Fundação Margarida Maria Alves, a Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, do Rio Grande do Sul, o Coletivo Leila Diniz, do Rio Grande do Norte, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), o Centro de Mulheres do Cabo, de Pernambuco, e o Centro das Mulheres 8 de Março, da Paraíba. Também foi apresentado durante o Encontro a experiência do trabalho de extensão do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, coordenada pelo professor José Neto.

Os (as) Juristas e as Promotoras contaram que, após a formação, são procurados pela comunidade por diversos motivos, que vão desde a busca de orientação sobre os direitos até a resolução de problemas institucionais e sindicais.

A Jurista Leiga Maria da Conceição Borges, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia, relatou a falta de conhecimento dos dirigentes de seu sindicato sobre vários direitos, e até mesmo de financiamentos, antes de participarem do curso. "Chegamos até a ser tratados como mendigos por gerentes de banco. Hoje, já até invadimos um, reivindicando créditos que eram nossos por direito", desabafa Conceição.



Fotos: Érika Targino

Experiências - Metodologia e cultura na programação

O evento reuniu Juristas de quase todos os estados do Nordeste. Segundo Cândida Magalhães, uma das advogadas da Fundação, o Encontro foi muito positivo e importante para a ampliação da formação Jurídico-Popular no país. "Avalio o encontro de forma muito positiva pelo grande envolvimento dos Juristas na organização, também pelas temáticas, explanações e pela participação de Nazaré Zenaide, da Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos, que levantou o histórico da educação em DH no Brasil", analisa Cândida.

Na noite de abertura aconteceram os lançamentos da Cartilha *Juristas Populares: Construtores da Cidadania,* um relato das experiências dos Juristas Populares formados pela Fundação e da atuação deles em suas comunidades, a partir de uma pesquisa de Cândida, e do Cordel *A Saúde anda doente,* da Jurista Popular Terezinha Ferreira. Um dos encaminhamentos do evento foi a proposta de realização do primeiro Encontro Nacional de Formação Jurídico Popular em outubro de 2006 na Bahia.

A Fundação fala

Editorial

No próximo dia 23 de outubro o brasileiro vai às urnas mais uma vez, agora para decidir se quer ou não que o Brasil continue fabricando e vendendo armas de fogo. A propaganda eleitoral está no ar, o sim e o não disputam a atenção e adesão de todos nós. A discussão já chegou há algumas semanas às praças e rodas de conversa em toda parte.

Como defensora dos Direitos Humanos, a Fundação Margarida Maria Alves já escolheu de que lado vai ficar: o do sim. Isso porque, mesmo diante do argumento de que estamos abrindo mão de um direito, acreditamos que esse direito tem nos causado mais perdas de vida do que segurança em si.

Para nós, a manutenção da comercialização das armas perpetua a cultura da violência, que em nada combina com nossos ideais e de forma alguma colabora para acabar com a insegurança. Acreditando que não é armado que o cidadão comum vai se sentir realmente seguro, declaramos nosso voto como um grito em defesa daqueles que, como Margarida, perderam a vida atingidos por uma bala que, em algum momento, já foi lícita.

EXPEDIENTE

Falando DHireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
End. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Tele-fax: 3221 3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável: Aline Oliveira (1963/PB). Reportagem: Aline Oliveira e Érika Targino. Diagramação: Érika Targino
Tiragem: 500 exemplares.
Apoio: Cafod, Cordaid e Misereor
Impressão: Gráfica JB

Outorga Onerosa: Instrumento de Justiça Social?

Marcina Pessoa,
Coordenadora de Projetos da Fundação

O Prefeito Ricardo Coutinho começou a implementar o Plano Diretor (PD) da cidade de João Pessoa aprovado desde 1992. Optou por começar pela parte mais difícil, que mexe com o bolso do cidadão - não do cidadão comum, pobre, mas no bolso da classe empresarial da construção civil. O Prefeito, através do decreto nº5454/2005 de 26 de setembro, instituiu a outorga onerosa do direito de construir ou solo criado, instrumento urbanístico contido no Plano Diretor e também no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001de 2001).

A outorga onerosa determina, aqui de forma simples, que quem deseja construir, por exemplo, um edifício e quer construir a mais que sua área, ou seja, toda área vertical que exceder a metragem quadrada do terreno, só poderá fazê-lo se pagar à Prefeitura no ato da liberação do alvará, a tal da outorga onerosa.

Alguns setores da sociedade argumentam que a aplicação da outorga vai trazer desemprego para a construção civil, que emprega aproximadamente 10% aqui na capital.

Porém, para quem participou, como nós, da elaboração do PD e teve que travar intermináveis debates para ter no Plano este, entre outros instrumentos (IPTU progressivo, fundo de urbanização, consórcio imobiliário, etc), fica satisfeito, apesar de não concordar com a forma, através de decreto, como foi instituído.

A aplicação deste instrumento irá contribuir para a melhoria das áreas periféricas da cidade, que ao longo de muitas décadas ficaram esquecidas e órfãs de qualquer investimento. Todos os recursos advindos do pagamento da outorga serão destinados obrigatoriamente, como reza no Título III, capítulo I do Fundo de Urbanização, artigo 44, inciso III do PD, para as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), ou seja, para urbanizar e realizar a regularização fundiária das favelas. Estes recursos irão para o Fundo de Urbanização, que também foi criado e já tem dinheiro.

Resta ficar de olho na aplicação dos recursos e reivindicar do Prefeito que regulamente as Zeis, dessa vez através de lei e não de decreto.

Caro leitor, você também pode contribuir com a continuidade dos programas e projetos na defesa dos Direitos Humanos, promoção e exercício da cidadania, desenvolvidos pela Fundação, através de doações na **Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco** ou adquirindo nossos produtos.

Metodologia da formação é um dos desafios

Érika Targino

Durante o I Encontro Regional de Experiências em Formação Jurídico Popular, as metodologias em formação legal popular desenvolvidas por organizações de todo o país e os rumos da educação em Direitos Humanos no Brasil foram amplamente discutidos.

Além da metodologia da Fundação Margarida Maria Alves, que vem sendo desenvolvida desde 1999, e foi construída com base no trabalho da Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR) e no projeto de extensão "Direito Achado na Rua", da UNB, também foi apresentada a metodologia da Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero que teve grande destaque.

A Themis, com doze anos de atuação já soma 700 Promotoras Legais formadas em todo o Rio Grande do Sul, 205 delas só em Porto Alegre, tem uma metodologia utilizada por mais de 50 entidades em todo o Brasil e já formou ao longo desse tempo mais de mil mulheres.

É unânime entre as entidades que ministram cursos de formação legal popular a preferência em atender aos líderes comunitários na perspectiva de multiplicação das informações. "A idéia de se trabalhar com lideres comunitárias é que elas possam se instrumentalizar, conhecer seus direitos e a partir disso orientar e defender os direitos das outras mulheres de suas comunidades", explica Márcia Veiga da Silva, que é jornalista e técnica da Themis.

Debates - A participação dos Juristas marcou o evento

No evento, a Themis apresentou sua cartilha *Metodologia Themis de Acesso à Justiça*, que relata a experiência de 12 anos do curso que inspirou muitos outros no Brasil.

Juristas discutem Educação em DH

Durante o Encontro, a representante da Secretaria Especial em Direitos Humanos do Governo Federal, Nazaré Zenaide, falou sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. O projeto, que foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2003, diz que os governos tinham até 2004 para implementarem seus planos estaduais e através deles criarem o Plano Nacional.

A idéia era que até o término de setembro todos os Encontros Estaduais para criação dos comitês estaduais e elaboração do plano tenham acontecido. "Esses encontros são a forma de consulta nacional em que a gente vai discutir com a sociedade, a partir de uma primeira versão elaborada por especialistas, quais são os problemas vinculados a cada setor e, a partir daí, elaborar o plano global", explica Nazaré.

Em todo o Brasil já foram realizados encontros em mais de 16 Estados, inclusive a Paraíba. Esses eventos reúnem professores, policiais, educadores de ONGs, Ministério Público, mídia e demais segmentos importantes e estratégicos para a concretização do plano. O encontro paraibano aconteceu dia 8 de outubro, no Centro de Ensino da Polícia Militar, em Mangabeira. Além da Fundação Margarida Maria Alves ter participado da Coordenação do Grupo Temático de Educação não Formal, vários juristas e alunos do curso de formação participaram dos grupos e ajudaram nas discussões.

Imagens - Núcleos mostraram registros das atividades

Caso Márcia Barbosa

Juiz pede julgamento de Aércio

Aline Oliveira

Depois de sete anos da morte de Márcia Barbosa, o juiz do 1° Tribunal de Júri, João Alves, pediu no último dia 27 de julho o julgamento do ex Deputado Federal Aércio Pereira Lima. Ele está sendo acusado de assassinar e esconder o corpo da estudante de 20 anos. O advogado do acusado, no entanto, entrou com um recurso contra o encaminhamento do juiz junto ao Tribunal de Justiça. O caso está sendo acompanhado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e é considerado emblemático pelas entidades que atuam na área.

Para monitorar o processo, membros do Programa DH Internacional e das organizações Fundação Margarida Alves, Gajop, de Pernambuco, e Cejil, do Rio de Janeiro, estiveram em João Pessoa no último dia 15 de setembro para uma reunião com o juiz João Alves e o promotor Francisco Sarmento, ambos atuando no caso. "A nossa preocupação é que esse não seja mais um exemplo de impunidade", explica a advogada Cândida Magalhães, que, junto com Izabella Chaves, articulou as reuniões como representantes da Fundação Margarida Maria Alves. Um relatório sobre a atual situação do caso está sendo preparado para ser encaminhado para a Corte.

A morte de Márcia causou grande comoção em todo o estado, mobilizando diversas entidades de direitos humanos e de mulheres e o Ministério Público em torno da mudança nas regras da imunidade parlamentar. Sem a mudança, o processo nem sequer teria começado, já que o acusado era Deputado na época do crime. Atendendo às regras vigentes então, foram feitos três pedidos à Câmara dos Deputados para liberar o julgamento de Aércio, o que só foi possível com a intervenção do Procurador de Justiça José Marcos Navarro, que instaurou uma ação penal.

A ação se baseou na Emenda Constitucional de 2001 que alterou o artigo 35 da Constituição, sobre a imunidade parlamentar. Agora, a lei determina que, no caso de crimes comuns, o parlamentar pode ser processado e a Câmara tem até o fim do processo para se pronunciar contra. Se isso não acontecer, ele é julgado normalmente.

Márcia era de Cajazeiras e costumava ficar hospedada na pousada Canta Maré, em Manaíra, quando vinha a João Pessoa. Foi de lá que ela ligou para Aércio, que depois passou para pegá-la na noite do crime, no dia 18 de junho de 1998. O processo indica que eles foram a um motel e no dia seguinte ela foi encontrada morta em um terreno no Jardim Recreio, no Altiplano, em João Pessoa. Os laudos dão conta de que Márcia morreu asfixiada.

É pra morar: Curador convoca reunião

O Fórum Estadual de Reforma Urbana (Ferurb) está aguardando o agendamento de uma reunião com o Ministério Público para discutir os encaminhamentos sobre o caso É Pra Morar. No último dia 5 de setembro, o Curador do Consumidor, Valberto Lira, visitou o Condomínio Amizade, em Paratibe, junto com representantes do Ferur, da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), Saelpa, Cagepa, Defesa Civil e Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea). Na ocasião, foi determinado que a Sedes retirasse algumas famílias que moram em apartamentos com risco de desabar e que a Cagepa faria o esgotamento das fossas do local.

Em alguns blocos, foram encontrados até tijolos saindo do lugar e vários outros problemas visíveis na estrutura, que foram reconhecidos pela Defesa Civil. O Fórum também pediu que na reunião que será marcada, o Curador apresente um parecer sobre os contratos de construção dos condomínios, que foram apresentados pela Prefeitura no dia 2 de julho.

Segundo Lira, a convocação da reunião está dependendo de um sinal da Sedes sobre as providências que foram determinadas, mas admitiu que há necessidade de uma ação rápida no local. "Não tenho como fazer uma avaliação técnica, mas vamos convocar os órgãos competentes para nos auxiliar com isso", explicou o Curador.

O processo foi iniciado pelo Ferurb há cinco anos, quando foi entregue ao então curador do cidadão, Francisco Sagres, um dossiê sobre as diversas irregularidades encontradas nos condomínios.

VISITA - Curador (D) conheceu o Condomínio Amizade

Conferência Nacional das Cidades

Movimentos levam sete delegados

Os Movimentos Populares da Paraíba estão levando sete delegados para a Conferência Nacional das Cidades, que acontece entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro, em Brasília. Eles foram eleitos na Conferência Estadual, que aconteceu nos dias 9 e 10 de setembro, em João Pessoa, em uma plenária polêmica. "Mas foi positivo porque conseguimos eleger delegados por categoria de atuação e com representação estadual e nacional", avalia o coordenador do Movimento Nacional de Luta por Moradia, Geovani Santos.

A Conferência Estadual foi tensa em vários momentos, principalmente em relação à apresentação de moções, o que, para Geovani, acabou atrapalhando a apresentação das propostas e desviando o foco de atenção principal.

Entre as decisões, os delegados exigiram o repasse imediato, por parte do Governo Federal, das perdas nas transferências do Fundo de Participação do Município (FPM) e a garantia do retorno dessa fonte de receitas aos índices de 13% praticados em 1995, acima dos atuais 10%. Os municípios também devem implantar a política urbana a partir do Estatuto das Cidades, e seus instrumentos urbanísticos, principalmente o Plano Diretor, independente do tamanho da população da cidade. Além disso, deve-se ampliar a participação popular, entre outras providências.

Programação

Outubro

3 a 12 - Semana Cultural de Mandacarú, realizado pela Cactus.
6, 7 e 8 - Seminário Participação Popular e Controle Social. Realização: AEPP. Local: Espep.
8 - Mega Ação da Associação de Mussumago e Facene, no Parque Cowboy, Valentina.
15 - Oficina de Elaboração de Projetos, na Fundação.
10 a 14 - Visita dos Juristas às Curadorias e Juizados Especiais.

Novembro

10 a 14 - Visita dos Juristas às Curadorias.

Dezembro

7 - Seminário Diálogos: Ética, Direitos Humanos e Diversidade Cultural.
7 - Formatura dos Juristas Populares de 2005.

Flor Mulher ganha casa e amplia atendimento em 80%

Érika Targino

O Grupo Flor Mulher ampliou em 80% seu atendimento às mulheres de Tibiri II, Santa Rita, em apenas três meses. Esse foi o resultado da doação de uma casa ampla, recebida no mês de junho. Desde então, as *flor mulher,* como são chamadas as integrantes da ONG passaram a atender não dez, mas 60 mulheres do bairro e localidades próximas. A casa foi doada por uma missionária que acompanha o grupo há alguns anos.

O grupo nasceu em 2000 e já teve duas "moradas" anteriores. De acordo com Maria José da Silva, uma das fundadoras do grupo e Jurista Popular, as sedes anteriores restringiam bastante as atividades. "Saímos do prédio da igreja para funcionar na Associação de Moradores de Tibiri II na ilusão de termos liberdade para trabalhar ao nosso modo. Mas ao chegar lá, nos deparamos com vários homens que criticavam nosso trabalho e pouco espaço para nossas atividades", desabafa Maria.

Com a casa nova, o grupo aumentou a diversidade de atividades e hoje oferece cursos de terapia ocupacional, crochê, pintura em tecido, bordados clássicos e rústicos e também corte e costura. Além disso, são oferecidas massagens e, a partir do grupo de apoio da entidade, existe um curso que discute assuntos como saúde mental, sexualidade e cidadania, com a duração de quase dois anos. O curso é ministrado por monitoras de saúde mental, as *flor mulher* e Juristas Populares.

Arquivo

Espaço - Casa permite novos tipos de atendimento

Juristas ganham espaço

Como a grande maioria das *flor mulher* são Juristas Populares, esse trabalho também foi ampliado. Elas puderam estender o acompanhamento e orientação jurídica às mulheres do bairro e mês passado iniciaram um projeto de educação ambiental com a população. "A cidade está muito suja, não temos rede de esgoto e, para piorar, as famílias que moram perto das bocas de lobo escoam suas fossas diretamente para os bueiros o que está sendo agravado pela falta de saneamento", afirma Maria. Um projeto de educação ambiental para o bairro já foi elaborado, porém, só será implementado após a eleição da nova diretoria, em novembro.